



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DIREAD
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

FRANCISCA CIBELE DA SILVA GOMES

**O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)**

MACEIÓ, AL

2026

FRANCISCA CIBELE DA SILVA GOMES

**O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Alagoas IFAL, polo Maragogi, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de pós-graduado em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. James Washington Alves dos Santos

MACEIÓ, AL

2026



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Instituto Federal de Alagoas
Campus Maragogi
Biblioteca Prof^a. Terezinha Ferreira Xavier

371.9

G633p

Gomes, Francisca Cibebe da Silva.

O papel do atendimento especializado – AEE na educação profissional tecnológica (EPT) / Francisca Cibebe da Silva. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1.055 KB). – 2026.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: Internet.

Orientação: Prof. Dr. James Washington Alves dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Gestão da Educação Tecnológica) – Instituto Federal de Alagoas, Universidade Aberta do Brasil, *Campus Maragogi*, Maragogi, 2026.

1. Atendimento educacional especializado. 2. Necessidades especiais. 3. Extensão. I. Título.

FRANCISCA CIBELE DA SILVA GOMES

**O PAPEL DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE NA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Alagoas IFAL, polo Maragogi, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), como requisito parcial para obtenção do título de pós-graduado em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. James Washington Alves dos Santos

Aprovado(a) em: 29/06/2026

Conceito Obtido: 9,5

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. James Washington Alves dos Santos - Orientador

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Prof. Msc. Arthur Adriano Lima Santos – Membro interno

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Prof. Dr. Pedro Henrique de Melo Teixeira – Membro interno

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

RESUMO

Nosso objeto de estudo são as Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Estas se destacam pelo serviço especializado que traz consigo um conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas por meio de um Plano de AEE, que orienta a ação docente do professor especialista (em libras, braile, terapias, etc.). Nesse contexto, os estudantes que fazem parte da educação especial são as pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autistas e Altas Habilidades/Superdotação. O AEE visa garantir o acesso e a participação plena nas atividades pedagógicas, minimizar as barreiras arquitetônicas, comunicativas, instrumentais, atitudinais, metodológicas e programáticas. Metodologicamente, usamos o estudo de caso para exemplificarmos esta condição do AEE, fato aplicado ao IFPI que será apresentado nesse artigo e foi desenvolvido como parte da produção de um Plano de Atendimento Educacional Especializado. A instituição em questão (tendo suas ferramentas já consolidadas), buscou atender externamente as demandas formativas que uniam prática e teoria para a formação de 115 professores para atuarem no AEE no município em Barras do Piauí. Para a análise e apoio teórico usamos neste trabalho, as pesquisas de Dalmonech (2026); Santos (2026) e Silva (2026).

Palavras-chave: Atendimento Educacional Especializado. Necessidades especiais. Extensão.

ABSTRACT

Our object of study is the Guidelines for Specialized Educational Services (AEE) in the federal network of Professional, Scientific and Technological Education. These guidelines stand out for their specialized service, which includes a set of didactic-pedagogical activities developed through an AEE Plan that guides the teaching actions of the specialist teacher (in sign language, Braille, therapies, etc.). In this context, the students who are part of special education are people with disabilities, Autism Spectrum Disorder, and High Abilities/Giftedness. The AEE aims to guarantee access and full participation in pedagogical activities, minimizing architectural, communicative, instrumental, attitudinal, methodological, and programmatic barriers. Methodologically, we use a case study to exemplify this condition of the AEE, a fact applied to IFPI (Federal Institute of Piauí) that will be presented in this article and was developed as part of the production of a Specialized Educational Service Plan. The institution in question (having already consolidated its tools) sought to externally meet the training demands that combined practice and theory for the training of 115 teachers to work in Specialized Educational Services in the municipality of Barras do Piauí. For the analysis and theoretical support, we used in this work the research of Dalmonech (2026); Santos (2026) and Silva (2026).

Keywords: Specialized Educational Services. Special needs. Extension.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. AS DIRETRIZES PARA O FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA REDE FEDERAL TECNOLÓGICA	8
3. O FUNCIONAMENTO DO AEE NA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ DO RÊGO LAGES NO MUNICÍPIO DE BARRAS-PI E O ESTUDO DE CASO.	16
3.1. ESTUDO DE CASO	18
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	24

1. INTRODUÇÃO

Nosso objeto de estudo neste trabalho são as Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que definem por sua vez o público e serviço referentes a esta assistência ao ensino, sendo que a aplicação será feita em relação a rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mais especificamente no contexto do IFPI. Por sua vez, o Atendimento Educacional Especializado traz consigo um conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas por meio de um plano, que orienta a ação docente do professor especialista (em libras, braile, terapias, etc.). É justamente sobre estas ações em contexto microsocial (estudo de caso), que vamos nos dedicar a analisar e ver os seus efeitos (enquanto prática educacional e enquanto processo formativo de equipes escolares).

Nesse contexto, os estudantes que fazem parte da educação especial são as pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação. O AEE visa garantir o acesso e a participação plena de pessoas com estes aspectos, nas atividades pedagógicas, objetivando minimizar as barreiras arquitetônicas, comunicativas, instrumentais, atitudinais, metodológicas e programáticas.

Metodologicamente, exemplificarmos os efeitos do AEE no contexto escolar e depois aplicamos às ações de formação fomentadas pelo IFPI nesta área, ponto que será apresentado nesse trabalho e foi desenvolvido como parte da produção de um Plano de Atendimento Educacional Especializado para a educação em nível municipal.

A instituição em questão: IFPI (tendo suas ferramentas já consolidadas), buscou atender externamente as demandas formativas que uniam teoria e prática, para a formação de 115 professores para atuarem no AEE no município em Barras do Piauí (PI). Diante disso, mostramos como esta ação foi feita, que ferramentas didáticas foram usadas e quais os seus efeitos didáticos. Para a análise e apoio teórico, usamos neste trabalho as pesquisas de Dalmonech (2026); Santos (2026) e Silva (2026). Dividindo o trabalho em duas partes: na primeira mostramos as diretrizes de funcionamento do AEE e na segunda mostramos e analisamos o estudo de caso envolvendo o AEE, o IFPI e o sistema municipal de educação de Barras do Piauí - PI.

2. AS DIRETRIZES PARA O FUNCIONAMENTO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA REDE FEDERAL TECNOLÓGICA

As Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica destacam que o serviço especializado se trata de um conjunto de atividades didático-pedagógicas desenvolvidas por meio de um plano de AEE, que orienta a ação docente do professor especialista (em libras, braile, terapias, etc.). Este, por sua vez, desenvolve ações voltadas para eliminar as barreiras que impedem a participação plena dos estudantes público-alvo da educação especial no processo de ensino-aprendizagem, nas relações sociais e nas questões cognitivas e motoras (Brasil, 2024).

Quadro 1 - As atividades didático pedagógicas disponíveis via AEE e suas especificações:

1. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias para atender as necessidades específicas dos estudantes público-alvo da educação especial;
2. Elaborar e desenvolver o plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos e da acessibilidade;
3. Organizar os atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncionais;
4. Acompanhar a funcionalidade e aplicação dos recursos pedagógicos e acessibilidade na sala comum e nos demais ambientes escolares;
5. Estabelecer parceria com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégia e na disponibilidade de recursos de acessibilidade;
6. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e a acessibilidade utilizados pelo estudante;
7. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva, como: as tecnologias de informação e comunicação, a comunicação alternativa e aumentativa, a informática acessível, o soroban, os recursos ópticos e não ópticos, os softwares, os códigos e linguagens, as atividades de orientação e mobilidade, visando ampliar as habilidades dos estudantes, promovendo a autonomia e participação;
8. Estabelecer articulação com os docentes da sala de aula comum, visando disponibilizar os serviços, os recursos pedagógicos, a acessibilidade e as estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares;
9. Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços de saúde, da assistência social, entre outros.

Fonte: BRASIL, 2008.

Nesse contexto, os estudantes que fazem parte da educação especial são as pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação. O AEE visa garantir o acesso e a participação plena destes discentes nas atividades pedagógicas, minimizar as barreiras arquitetônicas, comunicativas, instrumentais, atitudinais, metodológicas e programáticas, avaliando o acesso, a acessibilidade, a participação plena, a produção de

recursos didáticos/pedagógicos, além de acompanhar e orientar as ações de adaptação/flexibilização curricular e desenvolver atividades e trabalhos colaborativos.

A partir disso, orientar os professores em relação ao planejamento, organização e acompanhamento das demandas adaptativas, flexibilização e acessibilidade no currículo, estimulando com isso a inclusão dos estudantes e promovendo condições de continuidade nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2024).

O AEE é um serviço articulado aos Núcleos e Coordenações de Acessibilidade (NAPNE, CAPNE, CNAPNE, NAE). O recomendado é que pelo menos um profissional docente com formação específica possa exercer as atividades no atendimento especializado de forma individual ou coletiva. O encaminhamento do estudante poderá ser desenvolvido após a matrícula, de forma espontânea ou por identificação e sua participação está condicionada à avaliação pedagógica do estudante pelo profissional capacitado (com aceitação individual e familiar).

No entanto, não é obrigatório a comprovação da necessidade de atendimento através de laudo ou documentação, mas caso haja necessidade de apoio técnico e individualizado, cabe à instituição viabilizar os profissionais adequados para auxiliar nas atividades escolares (Brasil, 2024).

O professor de AEE deve ter formação em Educação Especial ou especialização dentro do cargo pleiteado. Sendo suas atribuições relacionadas a identificação dos estudantes que necessitam de atendimento educacional especializado e que ainda não foram encaminhados, portanto deve:

1. Identificar, elaborar e produzir recursos e serviços que visem a acessibilidade e que considerem as particularidades de cada estudante;
2. Estabelecer cronograma e carga horária para os atendimentos;
3. Desenvolver um trabalho colaborativo com outros profissionais da educação e saúde para a produção dos materiais didáticos-pedagógicos e serviços;
4. Orientar os professores, estudantes e servidores sobre a utilização dos recursos e tecnologia assistiva;
5. Orientar os professores e técnicos administrativos sobre o acompanhamento dos estudantes e documentação específica;
6. Participar do Conselho de Classe;
7. Contribuir com a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) dos estudantes e desempenhar atividades relacionados ao AEE (Brasil, 2024).

Em relação aos docentes da sala de aula regular, esses devem desenvolver ações de maneira colaborativa com o AEE. Por meio do planejamento das estratégias pedagógicas, elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) que demanda adaptação, flexibilização e acessibilidade curricular. Também deve realizar adaptações didático-metodológicas nas avaliações, nos materiais pedagógicos, nas abordagens dos conteúdos, visando atender às necessidades dos estudantes, além de registrar as adaptações nos planos educacionais individualizados, participar de atividades formativas e reuniões que abordem a educação especial e as questões que se relacionam com as demandas do serviço oferecido (Brasil, 2024).

A carga horária do professor que atua no AEE será equivalente a tempo de serviço desenvolvido pelos docentes do ensino regular. Para fins de elaboração dos planos de AEE, será calculado o período destinando a preparação didática e o planejamento das aulas destinadas aos demais professores. Disponibilizando tempo para orientação dos educadores dos componentes curriculares, por meio do trabalho colaborativo e para a atuação em conjunto. Também disponibilizará um período para participar de reuniões pedagógicas, colegiado do curso, conselhos de classe, visitas aos demais colaboradores e equipe pedagógica. Poderá complementar sua carga horária atuando em cursos de formação inicial e continuada direcionados a formação de professores, assim como projetos de ensino, pesquisa e extensão, em cursos de pós-graduação, contribuindo para a promoção da inclusão (Brasil, 2024).

Nesse contexto, a criação dos Núcleos de Apoio aos Portadores de Necessidades Específicas (NAPNES) visa compor a base do AEE e implementar em ambiente escolar as condições citadas acima, além de articular os setores internos voltados para o acesso e a aprendizagem, bem como a busca por compreender as demandas dos estudantes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e supri-las. Os NAPNES são fundamentais no processo de inclusão na Rede Federal de Ensino assumindo o papel articulador de ações voltadas para um direcionamento mais inclusivo dentro das instituições. Esse papel originou-se com o programa: Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (TECNEP) em 2000. Cujo objetivo era apresentar orientações para a organização dos núcleos, formação e desenvolvimento dos referidos espaços (Dalmonech et al., 2023).

Somando-se nessas questões, os NAPNES são espaços institucionais consultivos e de assessoramento essenciais para a efetivação das políticas públicas de educação inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Contribuindo com o acesso, a permanência e a possibilidade de conclusão de cursos para pessoas público-alvo da educação especial. Visando romper com práticas excludentes dentro do espaço educacional técnico, tentando romper com

as barreiras conceituais, atitudinais e procedimentais, promovendo a inclusão e extensão no âmbito dos IFES e demais instituições que integram a Rede Federal (Silva, 2022).

Na atualidade, é um órgão de execução de ações voltadas para a inclusão no âmbito dos Institutos Federais. Sendo responsável pela construção de um espaço para o desenvolvimento inclusivo, tendo como princípio a criação de uma cultura nas instituições que possibilite a aceitação e participação da diversidade. Os IFS devem ser constituídos como espaços capazes de combater os estigmas, estereótipos e discriminações sociais. Passando a ser necessário o incentivo a uma prática educativa que possibilite a inclusão por parte dos núcleos. Para que isso ocorra é importante desenvolver um ambiente favorável a participação de todos, incluindo estudantes, pais, comunidade escolar e profissionais da educação (Dalmonech et al., 2023).

Nesse cenário, o NAPNE fomenta a elaboração de políticas de inclusão, denominada de Política de Inclusão e Acessibilidade. Essa diretriz é um marco institucional que desencadeia e fortalece práticas inclusivas. Sendo responsável por assessorar a respeito da implementação de ações inclusivas e de acessibilidade, desenvolvendo e monitorando os estudantes e servidores dentro do contexto inclusivo. Desenvolve pra isso uma formação continuada, eventos que integram a comunidade, discursões, reflexões e implantação de ações no cotidiano na modalidade de pesquisa de trabalho, programas de sensibilização, incentivo ao respeito às diferenças, realização de diagnóstico da realidade regional e definição de prioridade nos investimentos (Silva, 2022).

No entanto, os elementos identificados em uma pesquisa bibliográfica comparativa entre os IFES de todas as regiões do Brasil apontam que existem disparidades na forma como os núcleos são desenvolvidos na prática. Os NAPNES da rede federal tecnológica apresentam algumas dificuldades, como: poucas ações concretas em razão da falta de profissionais para atuar de maneira efetiva; contratações pontuais de profissionais temporários e substitutos; trabalho de forma descontínua nos IFS (Dalmonech et al., 2023).

O que os deixam sem condições para propor rotinas para o atendimento dos estudantes, além de dificuldades em obter informações a respeito das ações desenvolvidas por outros núcleos; falta de apoio dos professores; problemas com ações desenvolvidas apenas com a matrícula de estudantes que fazem parte da educação especial; dificuldade com a confecção de instrumentos de avaliação e metodologias adequados a estes estudantes. Somado a isso uma parte significativa dos professores desconhecem as ações dos núcleos (Dalmonech et al., 2023). “Entende-se que seria muito mais viável uma preparação antecipada à chegada desse possível aluno, o que poderia minimizar evasões e mesmo a negação do direito à educação” (Dalmonech et al., 2023, p. 15).

Ainda se destaca, um predomínio dos esforços destinados à acessibilidade arquitetônica e um silenciamento em relação às práticas educativas e a própria aprendizagem dos estudantes. Em razão de estarem muitas vezes no campo das ideias, não sendo concretizadas no campo prático. O que ocorre possivelmente devido à falta de condições estruturais e infraestruturais para o seu desenvolvimento pleno. Também foi descrito acentuada disparidade entre as ações desenvolvidas nos campi de um mesmo IF, não funcionando como uma unidade que integram uma Rede Federal de Ensino (Dalmonech et al., 2023).

Foi realizada uma pesquisa no Instituto Federal de Educação do Paraná (IFPR), a partir da perspectiva dos coordenadores dos NAPNES, visando identificar os avanços e as demandas existentes. A coleta de dados utilizou como instrumento um questionário (Google Forms), aplicado a equipe de coordenadores de cada campus do IFPR, fundamentada nos documentos legislativos e institucionais. O estudo evidenciou um avanço em relação ao desenvolvimento da inclusão, mas aponta para a necessidade de formação, contratação de profissionais temporários como cuidadores/leitores e intérprete de Libras, além da resistência dos docentes as adaptações e adequações para desenvolver um processo de ensino e aprendizagem sem exclusões. Bem como, a definição de recursos para a capacitação dos profissionais, contratação e aquisição de materiais e equipamentos (Santos; Mori, 2024).

Mesmo assim, a educação especial como modalidade de ensino prevista na Constituição Federal brasileira atual ampliou o acesso as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação ao espaço educacional. (Santos; Mori, 2024).

Por exemplo, os cursos do Instituto Federal de Alagoas – IFAL incluem formação especial à inicial e continuada, em nível técnico, básico e superior. Estes são fundamentados em uma perspectiva omnilateral e integral dos estudantes para atuarem no mercado de trabalho, somando-se a formação crítica como demonstra o quadro abaixo:

Quadro 2 - Quatro cursos e suas habilidades.

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração	Os profissionais técnicos de nível médio, terão qualificação para atender as solicitações do setor produtivo, na área de produtos e serviços.
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Agroecologia	Os profissionais devem atuar com responsabilidade social, utilizando meios naturais seguros, mantendo a produtividade sem causar danos ao solo, à água e aos alimentos, promovendo segurança alimentar.

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Desenvolvimento de Sistemas	Os profissionais poderão atuar em empresas de desenvolvimento de sistemas, departamento de desenvolvimento de sistemas em organizações governamentais e não governamentais, empresas de consultoria em sistemas, empresas de soluções em análise de dados e como profissional autônomo.
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Informática	Os profissionais poderão ter atuação na prestação autônoma de serviço e manutenção de informática. Empresas de assistência técnica. Centros públicos de acesso à informática.

Fonte: IFAL, 2025.

Nesse contexto, desenvolvem ações inclusivas e de acessibilidade como o caso demonstrado no mesmo instituto nos cursos de formação continuada com estudantes com deficiência nos campi do IFAL Arapiraca e de São Miguel dos Campos. Ao todo foram catalogadas as experiências com estudantes com deficiência auditiva e visual nos cursos de Modelagem e Impressão 3D, Internet das Coisas (IoT) e Informática. Nesse contexto foi necessário desenvolver adaptações para utilizar indicadores luminosos e intérprete para os surdos e indicadores sonoros para os estudantes com deficiência visual (Albuquerque et al., 2025).

No entanto, estes alunos enfrentaram como dificuldades a adaptação as novas informações e aos termos técnicos. Para tanto, foram disponibilizados instrutores, monitores, assistente de apoio de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que auxiliaram no processo de inclusão e acompanham até no laboratório. Também foram utilizados motores elétricos de pequeno porte para proporcionar feedback visual e tátil para emitir vibrações e movimentos. Também elaboraram os certificados em Braille no final do curso. No entanto, no curso de Modelagem 3D, três estudantes surdos não tinham experiência com Língua de Sinais, o que dificultou o processo de aprendizagem e os fizeram desistir do curso. Assim como a equipe administrativa apresentou dificuldades na comunicação com os estudantes (Albuquerque et al., 2025).

O quadro a seguir apresenta as descrições das deficiências, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação que também são atendidos nos NAPNES da rede federal de ensino.

Quadro 3 - Pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Pessoas com deficiência	Os NAPNES da Rede Federal Tecnológica, consideram a pessoa que apresenta um impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena na sociedade em igual condições com as demais. Os impedimentos podem ser nas funções e nas estruturas do corpo, os fatores ambientais, psicológicos e pessoais, a dificuldade no desempenho de atividades, a restrição na participação (Brasil, 2019).
Transtornos globais do desenvolvimento	Os alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento estão associados aos atrasos cognitivos, comportamentais e intelectuais que afetam seu desempenho escolar e as relações sociais. Geralmente são alunos com autismo, síndromes que têm relação direta, em alguns casos, com atrasos na aquisição da linguagem ou ausência completa, perda de memória de curto e longo prazo, limitações na leitura e escrita, que necessitam de mais estímulos para sua aprendizagem e que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, intelectual, cognitivo, acadêmico e profissional (DSM-5, 2014). Estas disfunções podem causar alterações na reciprocidade social, dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa, além de apresentar repertório de interesses e atividades restritas e repetitivas, manifestando comportamentos motores ou verbais estereotipados, adoção de rotinas e padrões rígidos, interesses restritos e fixos (Brasil, 2025).
Altas habilidades ou Superdotação	Os estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação, que apresentam elevado potencial intelectual, acadêmico, psicomotor, artístico, de forma isolada ou combinada, além de serem criativos e realizarem as tarefas em áreas de seu interesse com afinidade. Os alunos com Altas Habilidades/Superdotação precisam ser inseridos no espaço escolar e acompanhamento especializado em razão das

	suas necessidades, ainda que o senso comum considere que já nasceram prontos e que não precisam da colaboração de outras pessoas (Brasil, 2025).
--	--

Fonte: Brasil, 2025; Brasil, 2019; DSM-5, 2014.

Diante das dificuldades relacionadas a cognitividade, a ansiedade, a distanciamento social, o medo e a frustração constante podem ser desencadeadas em razão do preparo das instituições de ensino. Com o AEE e os NAPNES, os professores, assistentes e administradores dos núcleos buscam estratégias educacionais para atender as especificidades e interesses. Reforçando seu desenvolvimento e aprendizagem ao longo do ciclo escolar (Lima, 2016).

3. O FUNCIONAMENTO DO AEE NA ESCOLA MUNICIPAL DR. JOSÉ DO RÊGO LAGES NO MUNICÍPIO DE BARRAS-PI E O ESTUDO DE CASO.

Trabalho como professora na instituição de ensino Dr. José do Rêgo Lages, situada na zona urbana do Município de Barras do Piauí - PI. Esta escola atende estudantes do Ensino Fundamental Menor e Maior e a Educação de jovens e Adultos (EJA). O bairro Pedrinhas onde está situada a instituição está localizado na região norte do Estado, uma comunidade periférica de origem humilde. As famílias da comunidade são originadas da própria localidade (zona urbana) e de municípios vizinhos, onde toda sua vida foi ligada a agricultura. A escola possui 186 alunos, sendo 112 pelo turno matutino e 74 pelo turno vespertino, contando com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) (BARRAS, 2024).

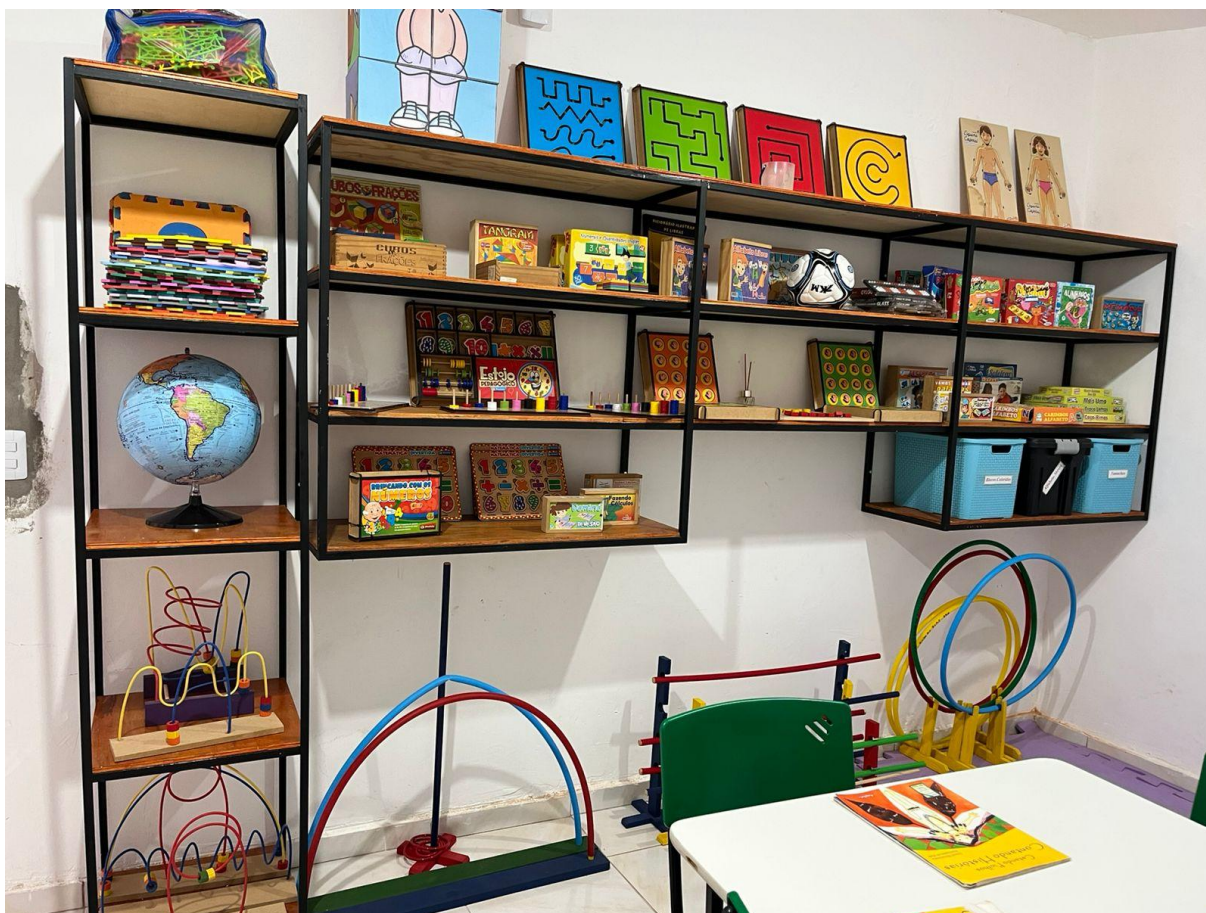
Quadro 4 - Estrutura da Escola e seus espaços

1 depósito
1 refeitório
1 sala de AEE
Pátio sem cobertura
09 salas de aula
1 diretoria
01 sala dos professores
03 banheiros
01 cantina

Fonte: Barras, 2024.

Os principais transtornos e deficiências catalogados na instituição são: deficiência e/ou transtornos do neurodesenvolvimento, como Autismo; Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH; Deficiência Intelectual e Síndrome de Dawn. Sendo os recursos utilizados diversificados e construídos para atender as necessidades dos estudantes, tais como: jogos digitais e concretos (físicos), computador, mapa tátil, materiais em relevo, equipamentos em Libras, softwares, globo terrestre tátil, Soroban, equipamentos para circuito motor, fichas de Comunicação Alternativa e Aumentativa – CAA, equipamento de som, microfone, bonecos de tecido, fantoches e blocos de montar.

Figura 1 – Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)



Fonte: Gomes, 2026.

Estas informações acima citadas foram coletadas a partir de pesquisa realizada com professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em Barras-PI, desenvolvida a partir de entrevistas com quatro professores e observação não participativa, como procedimento de coleta de dados. Os instrumentos utilizados foram o formulário (questionário) e o diário de bordo. Os resultados apontaram que as Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) do município, é equipada com diversos recursos que variam conforme as necessidades dos estudantes. A prática docente ocorre de maneira inclusiva, a partir de atividades lúdicas e atrativas, tendo como desafio o manuseio de alguns recursos: fomento a relação entre professores do AEE e da sala de aula comum e o apoio da família. Assim conseguimos operacionalizar o Plano Especializado Individualizado (PEI) e o Plano de Desenvolvimento Individualizado (PDI), para otimizar as práticas, traçar estratégias e conhecer as necessidades educativas dos discentes (Carvalho, 2023).

3.1. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso aplicado ao IFPI que será apresentado nesse artigo foi desenvolvido como parte da produção de um Plano de Atendimento Educacional Especializado da Especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE, do Instituto Federal do Piauí – IFPI. A instituição buscou atender as demandas formativas que uniam prática e teoria para a formação de 115 professores para atuarem no AEE do município de Barras do Piauí - PI. A iniciativa surgiu da política de expansão da formação docente no âmbito da educação especial e inclusiva no Estado e no Município via ação de extensão.

O IFPI contribui com a formação de professores para atuar no AEE ao possibilitar o desenvolvimento de ações que uniam teoria e prática no fortalecimento de ações inclusivas nas escolas públicas e privadas. No Projeto Político Pedagógico – PPP, o curso de especialização em AEE possui como compromisso a promoção da formação continuada de profissionais para atuarem com os conhecimentos teóricos, metodológicos e didático-pedagógico no oferecimento da educação especial de qualidade. A partir dos princípios formativos voltados para atender a qualificação para o mundo do trabalho, integrar o ensino crítico e desenvolvimento social, fomentar a formação científica, tecnológica, cultural, artística e inovadora (IFPI, 2025).

E ainda, promover a formação de professores capacitados para o processo de inclusão, ampliando os aspectos didático-pedagógico, avaliações, produção de planos educacionais individuais, criação de recursos, materiais adaptados e Tecnologia Assistiva. A especialização também está voltada para a capacitação de profissionais para atuarem como mediadores de processos inclusivos que possam implementar rotinas de atendimento educacional para o público-alvo da educação inclusiva e especial. Como também, implantando e elaborando planos de intervenção e materiais adaptados e adaptáveis no espaço escolar (IFPI, 2025).

No que tange aos egressos, constitui-se potenciais agente capazes de intervir didático-pedagogicamente em demandas do atendimento educacional especializado e apresentar medidas de superação para os problemas e dificuldades de aprendizagem, fortalecendo o ensino humanizado matriculados na rede regular de educação. A partir de experiências na produção de recursos diversificados como materiais em relevo e textura, recursos em Libras, elaboração de estudo de caso, produção de planos de atendimento educacional especializado como evidenciado nas imagens abaixo:

Figura 2 - Fotografias da Feira de materiais adaptáveis promovida pelo IFPI.



Fonte: Gomes, 2025.

As imagens acima evidenciam a produção de recursos de acessibilidade para diferentes áreas do conhecimento e contemplam estudantes surdos para trabalhar matemática básica e sinais em Língua Brasileira de Sinais – Libras, com deficiência visual, usando materiais em relevo com números e quantidades, além de livro das texturas com relevo. Para os alunos que apresentam deficiência intelectual, temos como recurso a colmeia das letras e adição de dedos. Estes materiais ajudam a trabalhar as noções de corpo, cuidados pessoais com a limpeza bucal e a identificação dos membros do corpo.

Nesse contexto, foi desenvolvido a observação do aluno X, que estava no 5º ano do Ensino Fundamental, no turno manhã, na Escola Municipal Y. Ele diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista – TEA e Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH. O estudante apresenta dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, não consegue reconhecer todas as sílabas, às vezes, esquece os nomes das letras e a escrita do seu próprio nome, lê palavras simples, mas acaba esquecendo, com frequência, daquilo que havia lido. Precisa de uma professora de apoio para realizar as atividades na sala de aula regular, na sua ausência, uma das professoras titulares precisa ficar ao seu lado para que consiga realizar as tarefas no livro didático ou caderno.

A intervenção da especialização em AEE foi no sentido teórico, ou seja, na observação da realidade e produção de relatório e Plano de Atendimento Educacional Especializado – AEE. O documento apresentava análise do histórico da criança, sugestões para intervenção, estratégias pedagógicas, recursos didáticos, sugestões de materiais de acessibilidade que estavam catalogados conforme as habilidades e dificuldades do estudante. Esse processo contribuiu com a formação para as aplicações no município, do que foi aprendido e desenvolvido ao longo da formação continuada.

Nesse contexto, era uma criança hiperativa, gosta de interagir com os demais alunos, mas acaba sendo provocativo e envolve-se em conflitos dentro da sala de aula. Pela sua preferência em participar de agitações coletivas como brincadeiras e ações que envolvam dinâmicas, não atende a comandos quando solicitados para atividades que envolvam atenção e concentração ou que não sejam de sua preferência. Prefere ficar passeando nos corredores, distraído com conversas paralelas com os demais funcionários ou outras pessoas que estejam passando pela escola.

Na sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, costuma faltar as aulas e às vezes, se recusa a realizar as atividades propostas. Por isso, a professora optou pelo atendimento no mesmo período das aulas regulares para evitar suas ausências e tentar uma abordagem mais acolhedora nos períodos em que está na escola. Utiliza, por exemplo, jogos educativos e recompensas.

Já na aula observada referente a confecção de foguetes que envolvia conhecimento da área de Ciência, Matemática e Astronomia, o aluno apresentou pouco interesse em participar da montagem, especialmente em seguir instruções, optando por permanecer brincando, distraído com outros assuntos, passeando nos corredores, conversando com funcionários e colegas de classes. Muito inquieto, ficava esbarrando nos outros discentes, sorrindo e provocando. Esse comportamento é frequente, embora não seja seguido por brigas e conflitos mais difíceis de mediar. E ainda, o aluno precisou do apoio das professoras para realizar as tarefas escritas, porque não tem autonomia, perde o foco com facilidade, precisa de motivação e incentivo nos estudos.

Os impactos da construção do PAEE e das possibilidades de intervenções desenvolvidas como parte da relação teórica e prática da especialização em AEE foram no sentido de ampliar as possíveis estratégias de melhorar o processo de ensino e aprendizagem, fortalecer as práticas docentes dos professores da sala de aula regular e do atendimento especializado, contribuir com a interação e com o desenvolvimento cognitivo da criança e oferecer a oportunidade de construção de um Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE, estruturado e

fundamentado em práticas inclusivas como evidencia-se no modelo descrito para as crianças e representado na imagem abaixo:

Imagem 3 – Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE.


- Plano de Atendimento Educacional Especializado


Área: Desenvolvimento Motor, Socialização e Cognição.

Objetivo: Promover o desenvolvimento motor, social e cognitivo.

Conteúdo Geral	Conteúdo específico para o aluno	Flexibilização (Estratégia/Recursos/Adaptações)	Avaliação
Reconhecimento de palavras de sílabas simples.	Reconhecimento visual e auditivo de sílabas simples. Leitura e escrita de palavras simples.	Uso de materiais concretos, imagens, quebra-cabeça de sílabas, alfabeto móvel, bingo de sílabas ou bingo de palavras simples, dominó de palavras.	- Registro das atividades por meio de portfólio; - Participação e interesse nas atividades. - Observação contínua das suas respectivas evoluções;
Memorização e atenção.	Atividades específicas de memorização e atenção nas atividades de leitura. Estimulação do conhecimento já adquirido de sílabas e sons.	Jogos de memória, quebra-cabeça, brincadeiras com sequenciamento, pareamento de cores e formas.	- Participação e interesse nas atividades. - Registro de desempenho; - Observação contínua das suas respectivas evoluções;
Raciocínio lógico e matemática.	Ensinando os números de 0 a 100. Noções básicas de adição, subtração, multiplicação e divisão.	Material dourado, sequência lógica, quebra-cabeça matemático, relações de quantidade usando objetos, dominó, blocos lógicos e jogos de tabuleiro.	- Participação e interesse nas atividades. - Registro de desempenho; - Observação contínua das suas respectivas evoluções;
Tomada de decisões e manifestação de sentimentos.	Desenvolvimento da autonomia em diferentes situações. Reconhecimento dos sentimentos: carinho, raiva, afetividade.	Tangram, cartão das emoções, baralho das emoções.	- Participação e interesse nas atividades. - Registro de desempenho; - Observação contínua das suas respectivas evoluções;
Socialização, autogestão e afetividade.	Controle de impulsividade, gerência de emoções e habilidades de relacionamentos.	Reforço positivo ao bom comportamento, rodas de conversa, leitura e discussões de textos, músicas, cartazes de combinados, atividade de autorregulação, pinturas.	- Participação e interesse nas atividades. - Registro de desempenho emocional;
Compreensão de limites e regras.	Compreensão de regras simples (aguardar para falar, organizar os materiais). Classificação dos comandos: pode ou não pode. Reconhecimento da rotina da sala de aula (saber os horários certos para cada momento).	Atividades que reforcem boas atitudes e regras básicas de convivência, vídeos reflexivos de bons comportamentos, uso de fantoches que contam histórias do cotidiano.	- Participação e interesse nas atividades. - Registro de desempenho emocional e social.
Motoricidade fina.	Desenvolvimento da coordenação motora fina de forma gradativa e significativa.	Torre de equilíbrio, massa de modelar, recorte e colagem, blocos de montar, pega vareta, pinturas diversas, uso de instrumentos musicais, caderno de caligrafia.	- Participação e interesse nas atividades. - Registro de desempenho motor.
Locomoção, equilíbrio, lateralidade e estabilidade.	Atividades motoras que envolvem corpo e movimento.	Circuitos de habilidades motoras, circuitos funcionais, amarelinha, pular corda, ping pong na mesa, jogos com bola, jogos com base em orientação.	- Participação e interesse nas atividades. - Registro de desempenho social e físico.

Fonte: Gomes, 2025.

A escola em questão (Dr. José do Rêgo Lages – Barras do Piauí – PI), conta com apenas uma professora de AEE, com formação específica na área para a educação especial inclusiva. Ela atende estudante com transtornos do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, deficiência intelectual, Transtorno de Atenção com Hiperatividade e Síndrome de Down. Como também, atua no desenvolvimento cognitivo, fortalecendo as habilidades de interação e

comunicação social, constrói materiais e recursos de acessibilidade e realiza adaptações metodológicas, avaliativas e curriculares.

Em comparação com o atendimento oferecidos nos IFES, o desenvolvimento das intervenções com estudantes público-alvo da educação especial ocorreu mediante o NAPNE e o próprio AEE da instituição. Isso ocorre porque estas possuem finalidades semelhantes nas suas atribuições, ou seja, a identificação e intervenção junto aos estudantes, orientação das equipes pedagógicas e dos funcionários em relação a inclusão, além da elaboração dos planos de AEE, produção de recursos tecnológicos e materiais visando a acessibilidade e a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, a comunicação e a interação social (Brasil, 2024).

Nesse contexto, a escola em que o estudante que foi partícipe no processo de construção do PAEE e ainda estuda, demonstrou incentivar o desenvolvimento das práticas de intervenção não somente no espaço da sala de recursos multifuncionais, mas dentro da sala de aula regular. Incluíram incentivar a professor do apoio para que desenvolvesse práticas pedagógicas que auxiliassem no processo de alfabetização e desenvolvimento cognitivo. A partir dessas mudanças, o aluno demonstrou melhora expressiva nas habilidades de aprendizagem e avançou com mais propriedade para o 6º ano do Ensino Fundamental. Mesmo assim, ainda frequenta o AEE e conta com um professor de apoio especializado. Embora, ainda tenha dificuldades no aspecto cognitivo que envolve a retenção e memorização de informações.

A equipe escolar contou com os recursos existentes nos centros de referência de assistência social como o serviço de atendimento psicológico, psicopedagoga que são fornecidos pelo NASF (Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica) da rede municipal de Barras-Piauí. Bem como, contou com apoio da equipe multidisciplinar da Secretaria Municipal de Educação – SEMED que disponibiliza uma equipe com psicóloga, assistente social, pedagoga, psicopedagoga, fonoaudióloga, para desenvolver triagem e identificação dos estudantes com necessidades educacionais e orientar intervenções para profissionais da educação e saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, que envolveu a pesquisa sobre o papel do Atendimento Educacional Especializado, teve como objetivo mostrar o público alvo desse serviço, que são os alunos com transtornos diversos ou superdotação, definindo as ferramentas utilizadas, formação e habilidades das equipes e relação com os níveis educacionais e estruturas escolares.

Por isso, nosso trabalho, lidando com aspectos operacionais, mostra de forma simplificada como o AEE é formado e como atua dentro dos núcleos de apoio escolares, como é o caso dos NAPNES. Isso mostra que para os docentes regulares, que trabalham em suas disciplinas específicas, este suporte é fundamental, mas falta conhecimentos dos seus planos de atuação e também, sobre o fato de os profissionais que operam o AEE, em nível institucional, são também professores com habilidades metodológicas específicas.

Este desconhecimento, impossibilita vermos o AEE como a verdadeira raiz dos NAPNES e contemplarmos toda a sua gama organizacional e operacional. Isso também é visto no trabalho aqui exposto, por meio dos planos e sala de apoio didático especial, presente na escola estudada. Neste caso a escola: Dr. José do Rêgo Lages, em Barras do Piauí - PI.

Por fim, constatamos o apoio da rede federal de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio do IFPI, que faz intervenções extensionistas, via curso de Especialização, capacitando redes de ensino municipais, quanto a produção de recursos didáticos, o que fomenta os processos didáticos e amplia as capacidades de gestão das redes de ensino via melhoria das condições da própria rede dos IF.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cassiano Henrique de; CAVALCANTE, Patrícia Smith; FERREIRA, Franciele Silva; PEREIRA, Renata Imaculada Soares; ALMEIDA, Flávia Bartira Pedro da Silva. Inclusão Tecnológica de Estudantes com Necessidades Específicas: um relato de experiência em espaços Maker do Instituto Federal de Alagoas. In: **Congresso Brasileiro de Informática na Educação: uma escola para o futuro: tecnologia e conectividade a serviço da educação**. 2023. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/wie/article/view/26322>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. **Diretrizes de Atendimento Educacional Especializado – AEE da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2024. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/images/Docs/estudos/2024/politica-do-aee---fde.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.571/2008**. 2008. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 14 mar. 2026.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 4.ed. Brasília-DF: Senado Federal, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/574288/Estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_4ed.pdf. Acesso em: 27 jan. 2026.

BRASIL. **Glossário da Educação Especial e dos Transtornos que impactam o desenvolvimento da aprendizagem: Censo Escolar 2025**. Brasília-DF: INEP/MEC, 2025. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/glossario_da_educacao_especial_censo_escolar_2025.pdf. Acesso em: 27 fev. 2026.

CARVALHO, Milena Meneses de. **Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e o Atendimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no município de Barras-Piauí: um estudo da prática pedagógica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Graduação em Pedagogia, Piripiri, 2023.

DALMONECH, Jaqueline Galter; DALMONECH, Hildo Anselmo Galter; REIS, Luciléa Silva dos; REBELO, Andressa Santos. A implementação e funcionamento dos Napnes na Rede Federal de Ensino. **Educação Revista – Revista do Centro de Educação UFMS**, Santa Maria, v. 48, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/67428>. Acesso em: 27 fev. 2026.

DSM-5. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B1dxTb_oy7qwcVRvTExKWmdMejQ/view?resourcekey=0-VMo05y795EthoFRqagAoZQ. Acessado em: 27 fev. 2026.

IFAL. **Catálogo de cursos 2025**. 2025. Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/ensino/cursos/CatlagodecursosdoIfal_2025.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

IFPI. **Projeto Político Pedagógico – PPP da especialização em Atendimento Educacional Especializado – AEE**. 2025. Disponível em: https://ead.ifpi.edu.br/pluginfile.php/435925/mod_resource/content/3/PPC%20AEE.pdf. Acesso em: 14 mar. 2026.

LIMA, Márcia Raika e Silva. Concepções de professores acerca da inclusão escolar de alunos com Altas Habilidades/Superdotação nas Escolas Públicas de Teresina-PI. In: LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes; PAIXÃO, Maria do Socorro Santos Leal (Orgs.). **Entre paradigmas: pesquisas em educação especial e inclusiva**. Teresina: EDUFPI, 2016.

SILVA, Antônio Soares Júnior da. A educação profissional e tecnológica e o protagonismo dos núcleos de atendimento às pessoas com necessidades específicas. **Europub journal of Education**, Portugal, v.3, n. 1, p. 37-53, 2022. Disponível em: <https://ojs.europubpublications.com/ojs/index.php/ejer/article/view/103/146>. Acesso em: 27 fev. 2026.

SANTOS, Vanilza Valentim dos; MORI, Nerli Nonato Ribeiro. NAPNE e os desafios para uma educação inclusiva nos Institutos Federais. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr/article/download/18051/10232>. Acesso em: 27 fev. 2026.

BARRAS. **Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola Municipal Dr. José do Rêgo Lages**. 2024.